

---

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA, NEM  
PREFERÊNCIA DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

**ENTRE**

**CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

**E**

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**

*e, na qualidade de Interveniente Fiadora,*

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**

**28 DE FEVEREIRO DE 2007**

---



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA, NEM  
PREFERÊNCIA, DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 2439 - 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

*e, na qualidade de Interveniente Fiadora,*

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS** (a “**CEMIG**”), sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “CEMIG”);

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei nº 10.848/04, as empresas do setor elétrico que atuam de forma verticalmente integrada, combinando operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma única empresa operacional, como a CEMIG, deverão promover sua desverticalização, segregando suas operações de geração, transmissão e distribuição, em empresas distintas (a “Desverticalização”);

CONSIDERANDO que, em decorrência da Desverticalização da CEMIG, em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à Emissora todos os ativos de sua propriedade diretamente relacionados à prestação de serviços de geração e transmissão de energia elétrica nos termos das concessões outorgadas pelo poder público à CEMIG (sem considerar as suas controladas e coligadas), além de todos os direitos e obrigações associados à prestação de tais serviços;

CONSIDERANDO que, em virtude da Desverticalização, as obrigações decorrentes das debêntures emitidas pela CEMIG no âmbito de sua 1ª Emissão Pública de debêntures (a “1ª Emissão da CEMIG”) nos termos da “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas Séries, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG”, celebrada em 04 de outubro de 2001, conforme aditada (a “Escritura da 1ª Emissão da CEMIG”), foram integralmente transferidas para a Emissora, conforme Instrumento Particular de Cessão de Direitos, celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 27 de dezembro de 2004 (o “Instrumento Particular de Cessão de Direitos”);



CONSIDERANDO que tal transferência será efetivada por meio de permuta obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Emissão (a “Permuta Obrigatória”), com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos previstos na Cláusula XI da Escritura da 1ª Emissão da CEMIG, sendo a Permuta Obrigatória de pleno conhecimento dos debenturistas da 1ª Emissão da CEMIG;

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas Séries, da Espécie Sem Garantia nem Preferência, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na 22ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 20 de fevereiro de 2006 (a “22ª RCA”), cuja ata foi retificada pela 37ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 23 de novembro de 2006 (a “37ª RCA”), bem como na 372ª Reunião do Conselho de Administração da CEMIG (a “372ª RCA da CEMIG”) que aprovou a garantia fidejussória.

## CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A presente emissão de debêntures para distribuição pública (a “Emissão” ou a “Oferta” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de Reunião do Conselho de Administração

A ata da 22ª RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a “JUCEMG”) sob o nº 3562936, em 18 de julho de 2006, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Gazeta Mercantil” e “O Tempo”, em 08 de agosto de 2006, bem como nos jornais “O Estado de São Paulo”, em 23 de dezembro de 2006, e “Hoje em Dia” em 22 de dezembro de 2006. A ata da 37ª RCA foi arquivada na JUCEMG sob o nº 3661490, em 13 de dezembro de 2006, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “O Tempo”, “O Estado de São Paulo” e “Hoje em Dia”, em 19 de dezembro de 2006 e no jornal “Gazeta Mercantil” em 20 de dezembro de 2006. A ata da 372ª RCA da CEMIG que aprovou a garantia fidejussória descrita abaixo foi arquivada na JUCEMG sob o nº 3578826, em 22 de agosto de 2006 e publicada em 1º de setembro de 2006 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e nos jornais “Gazeta Mercantil” e “O Tempo”.

### 2.2. Arquivamento da Escritura

A Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG, nos termos previstos no artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).



### 2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “ICVM 400”) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.4.Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será registrada na ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo sob o nº 4890254.

## CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

### 3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Montante da Emissão

O montante da presente emissão é de R\$992.916.496,75 (novecentos e noventa e dois milhões, novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), na Data de Emissão, sendo R\$488.796.586,66 (quatrocentos e oitenta e oito milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos) referentes à 1ª Série e R\$504.119.910,09 (quinhentos e quatro milhões, cento e dezenove mil, novecentos e dez reais e nove centavos) referentes à 2ª Série.

### 3.4. Destinação dos Recursos

Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá quaisquer recursos desta Emissão, uma vez que as Debêntures serão integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, conforme previsto na Cláusula 4.6.3 abaixo.



Por sua vez, os recursos obtidos com a 1ª Emissão da CEMIG foram destinados ao financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive para implementação de projetos envolvendo parcerias com empresas do setor privado, conforme o programa de obras de geração e transmissão da CEMIG estabelecido para os anos de 2001, 2002 e para o primeiro trimestre de 2003 descrito na tabela abaixo, de acordo com o qual a CEMIG investiu R\$651,84 milhões.

A CEMIG utilizou os recursos da sua 1ª Emissão no financiamento parcial dos projetos mencionados na tabela abaixo, conforme as necessidades de investimento e o desenvolvimento de cada projeto.

A tabela a seguir demonstra os principais projetos nos quais os recursos obtidos com a 1ª Emissão da CEMIG foram aplicados, incluindo os valores já investidos pela CEMIG nestes projetos nos períodos indicados. Os recursos complementares à 1ª Emissão da CEMIG necessários para atender às necessidades de investimento da CEMIG foram obtidos com a geração de recursos pela própria CEMIG e por meio de financiamentos já contratados e em negociação juntos a fornecedores, bancos comerciais e por meio de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, além de parcerias com empresas do setor privado.

Conforme demonstrado abaixo, do total dos recursos captados com a 1ª Emissão da CEMIG, R\$159,9 milhões foram destinados para reembolso à CEMIG dos gastos incorridos com os vários projetos durante o período compreendido entre janeiro e outubro de 2001.

O valor total dos Investimentos foi apurado de acordo com os lançamentos contábeis da CEMIG, que obedecem às regras estabelecidas no Plano de Contas da ANEEL.

#### INVESTIMENTOS CEMIG

(Valores em R\$ mil)

Descrição Projetos Definidos	Custo	Investimento até Dez/2000	Investimento Jan/2001 a Mar/2003					Recursos				
			Jan a Out 2001	Nov e Dez 2001	Jan a Dez 2002	Jan a Mar 2003	Total	Debêntures			CEMIG e Outros	Total
								Reembolso do realizado Jan-Out/2001	Realizado Até Mar/2003	Total		
<b>Geração (a)</b>	<b>1.083.607</b>	<b>102.580</b>	<b>126.718</b>	<b>51.228</b>	<b>294.284</b>	<b>69.901</b>	<b>542.131</b>	<b>126.718</b>	<b>388.569</b>	<b>515.287</b>	<b>129.424</b>	<b>644.711</b>
UHE Aimorés	205.865	8.168	22.715	16.109	117.882	23.956	180.662	22.715	157.947	180.662	8.168	188.830
UHE Funil	101.229	11.446	31.758	8.867	53.294	8.301	102.220	31.758	70.462	102.220	11.446	113.666
AHE Porto Estrela	40.481	30.668	8.000	3.050	924	-	11.974	8.000	3.974	11.974	30.668	42.642
AHE Queimado	118.013	15.486	45.278	17.822	42.622	5.930	111.652	45.278	66.374	111.652	15.486	127.138
AHE Irapé	536.000	12.973	2.854	653	65.238	29.179	97.924	2.854	68.226	71.080	39.817	110.897
AHE Capim Branco	19.257	10.849	471	47	864	131	1.513	471	1.042	1.513	10.849	12.362
UTE Barreiro	22.008	108	132	19	4.185	114	4.450	132	4.318	4.450	108	4.558
Usinas Existentes	40.754	12.882	15.510	4.661	9.275	2.290	31.736	15.510	16.226	31.736	12.882	44.618
<b>Transmissão/Distribuição (b)</b>	<b>235.961</b>	<b>35.736</b>	<b>33.265</b>	<b>11.509</b>	<b>61.542</b>	<b>3.397</b>	<b>109.713</b>	<b>33.265</b>	<b>76.448</b>	<b>109.713</b>	<b>35.736</b>	<b>145.449</b>
SE Itajubá	65.486	469	14.078	8.005	22.839	215	45.137	14.078	31.059	45.137	469	45.606
SE Vespasiano	64.700	-	450	15	2.042	-	2.507	450	2.057	2.507	-	2.507
Subtransmissão Exp. e Reforço	105.775	35.267	18.737	3.489	36.661	3.182	62.069	18.737	43.332	62.069	35.267	97.336
<b>Total (a) + (b)</b>	<b>1.319.568</b>	<b>138.316</b>	<b>159.983</b>	<b>62.737</b>	<b>355.826</b>	<b>73.298</b>	<b>651.844</b>	<b>159.983</b>	<b>465.017</b>	<b>625.000</b>	<b>165.160</b>	<b>790.160</b>



*[Handwritten signature]*



### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”), e por meio do Sistema BOVESPA FIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”), sendo que, tendo em vista a Permuta Obrigatória, a presente Emissão terá como público alvo, exclusivamente, os titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo da Oferta à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, sendo que o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início. A colocação das Debêntures da 2ª Série terá início somente após a colocação integral das Debêntures da 1ª Série.

3.5.3. O mecanismo de Permuta Obrigatória será efetivado conforme previsto na Cláusula XI da escritura da 1ª Emissão da CEMIG, conforme aditada, sendo que a integralização das Debêntures será à vista, por meio de dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da presente Emissão.

### 3.6. - Registro da Negociação

3.6.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) no SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) no Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

3.6.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) no Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

### 3.7. - Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos da CETIP acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do debenturista.



*[Handwritten signature]*





## CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. - Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão é de R\$992.916.496,75 (novecentos e noventa e dois milhões, novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série é de R\$15.641,490773 (quinze mil, seiscentos e quarenta e um reais e quatrocentos e noventa mil, setecentos e setenta e três milionésimos de centavos) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário da 1ª Série"); e o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série é de R\$16.131,837123 (dezesseis mil, cento e trinta e um reais e oitocentos e trinta e sete mil, cento e vinte e três milionésimos de centavos) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário da 2ª Série").

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em duas séries.

4.1.4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) Debêntures, sendo 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) Debêntures da 1ª Série e 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) Debêntures da 2ª Série.

4.1.5. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da Emissão será 1º de novembro de 2006 (a "Data de Emissão").

4.1.6. Prazo de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de novembro de 2009 (a "Data de Vencimento da 1ª Série"); e o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de novembro de 2011 (a "Data de Vencimento da 2ª Série"). Por ocasião de cada data de vencimento a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da respectiva série que ainda estejam em circulação, pelo valor nominal atualizado, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios.

4.1.7. Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.8. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.9. - Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografia).

4.1.10. - Garantia Fidejussória: As Debêntures contam com garantia fidejussória prestada pela CEMIG nos termos da Cláusula 4.9. abaixo.



4.1.11 - Mecanismo Alternativo de Pagamento: Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures, ou previsto nos termos desta Escritura, nas respectivas datas de vencimento, as Debêntures terão Poder Liberatório, e serão obrigatoriamente aceitas pela Emissora em dação em pagamento pelos debenturistas de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, nos termos da Cláusula VI - Mecanismo Alternativo de Pagamento – Poder Liberatório (o “Poder Liberatório”).

## 4.2. Remuneração das Debêntures

### 4.2.1 Remuneração das Debêntures da 1ª Série

As Debêntures da 1ª Série não terão o seu valor nominal atualizado e renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizadas de um *spread* de 1,2% (um vírgula dois por cento) ao ano, tendo por base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre saldo do valor nominal da debênture para cada período de capitalização da 1ª Série, ou seja, desde a data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento (o “Período de Capitalização da 1ª Série”), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

- J** Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNE** Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da debênture no início do Período de Capitalização da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros** Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:

- FatorDI** Produtório das Taxas DI - Over com uso percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

Onde:

- nDI** Número total de Taxas DI - Over consideradas na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;





**TDI<sub>k</sub>** Taxas DI - Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

Onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI - Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**d<sub>k</sub>** Número de dia(s) útil(eis) correspondes ao prazo de validade da Taxa DI - Over, sendo "d<sub>k</sub>" um número inteiro;

**k** k = 1, 2, ..., n;

**P** Percentual aplicado sobre a Taxa DI - Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, segundo a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Onde:

**spread** Spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

**N** Número de dias representativos do spread, sendo "N" um número inteiro;

**n** Número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

**DT** Número de dias entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro; e

**DP** Número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.2.1.1. A remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2007, 2008 e 2009, observado o disposto no item 4.8.3 adiante.

#### 4.2.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série não terão o seu valor nominal atualizado e renderão juros correspondentes à variação acumulada de 104,0% (cento e quatro por cento) da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, calculados e divulgados pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "Taxa DI"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal da debênture para cada Período de Capitalização da 2ª Série, conforme definido na cláusula 4.2.2.5 abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:



9



$$JR = VN \times [FatorDI - 1]$$

Onde:

- JR** Valor da Remuneração a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN** Saldo do Valor Nominal das Debêntures no início de cada Período de Capitalização da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** Produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$$

Onde:

- n<sub>DI</sub>** Número total de Taxas DI, sendo "n<sub>DI</sub>" um número inteiro;
- TDI<sub>k</sub>** Taxas DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

Onde:

- DI<sub>k</sub>** Taxa DI em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";
- d<sub>k</sub>** número de dia(s) útil(eis) correspondes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "d<sub>k</sub>" um número inteiro;
- k** k = 1, 2, ..., n; e
- P** Percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

4.2.2.1. O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k \times P/100)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k \times P/100)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário aplicando-se o próximo fator-diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.2.3. Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



*[Handwritten signature]*



4.2.2.5. Define-se “Período de Capitalização da 2ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.2.2.6. A remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga, anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, observado o disposto no item 4.8.3 adiante.

### 4.3. Indisponibilidade da Taxa DI

4.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária resultante da fixação dos Juros Remuneratórios, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devida qualquer compensação financeira, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.3.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos após a Data de Emissão, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (a “Taxa Selic”), ou, em sua falta, a taxa de referência do Sistema Financeiro Nacional que vier a substituir a Taxa Selic (a “Taxa Substitutiva”).

4.3.3. Na hipótese de não haver Taxa Substitutiva, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do (i) 15º dia útil consecutivo de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, ou (ii) da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, realizar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o parâmetro a ser utilizado para a remuneração das Debêntures, o qual deverá ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.3.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa Substitutiva, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.



4.3.5. Caso na Assembléia Geral de Debenturistas não venha a ser definido, em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, o parâmetro a ser utilizado para remuneração das Debêntures, a Emissora, em comum acordo com os Debenturistas, escolherá um dos 5 (cinco) maiores bancos de primeira linha no Brasil para cálculo do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios. O banco escolhido deverá adotar um novo parâmetro para fins de cálculo dos juros remuneratórios de forma a preservar a remuneração original das Debêntures, considerando, inclusive para esse fim, as últimas 15 (quinze) operações de emissão pública de debêntures do mercado brasileiro.

#### 4.4. Limite da Emissão

A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$2.896.785.358,90 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

#### 4.5. Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### 4.6. Subscrição

4.6.1. - Prazo de Subscrição: As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos estabelecidos pela CETIP ou pela CBLIC, conforme o caso.

4.6.2. - Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição, de acordo com o item 4.2 *supra*.

4.6.3. - Integralização e Forma de Pagamento: A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, mediante dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 1ª Série da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da 1ª Série desta Emissão; e cada debênture da 2ª Série da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da 2ª Série desta Emissão

4.6.3.1. Em razão da alocação à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no Instrumento Particular de Cessão de Direitos, as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização das Debêntures desta Emissão serão canceladas.

#### 4.7. Amortizações

As Debêntures não serão objeto de amortização programada.



#### 4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Pagamento do Principal e Local de Pagamento: O valor integral do principal das Debêntures será pago nas respectivas datas de vencimento das Debêntures de cada uma das Séries, ou seja, 1º de novembro de 2009 para as Debêntures da 1ª Série e 1º de novembro de 2011 para as Debêntures da 2ª Série. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados, conforme o caso: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (b) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (c) os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas na sede da Emissora ou na sede do Banco Mandatário e Escriturador.

4.8.2. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da imunidade ou isenção tributária.

4.8.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados ou domingos.

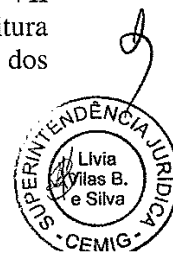
4.8.4. Multa e Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8.6. Forma Alternativa de Recebimento: Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas VI e VII abaixo, caso decidido por debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura poderá ser realizado por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os debenturistas. Com exceção do disposto nas Cláusulas VI e VII abaixo, nenhum pagamento de valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos debenturistas, nos termos desta Cláusula.



*[Handwritten signature]*



#### 4.9. Garantia Fidejussória – Fiança

4.9.1. As Debêntures da presente Emissão e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pela interveniente fiadora, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, qualificada no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, obriga-se na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil”), e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “Código de Processo Civil”) pelas obrigações assumidas na presente Escritura. A CEMIG declara e garante que (i) a prestação desta fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.9.2. A Fiança aqui referida é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.

4.9.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

#### 4.10. Comunicações

4.10.1. Publicidade: Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias, na página da Emissora na Internet (<http://cemiggt.infoinvest.com.br>), bem como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

4.10.2. Endereçamento:

Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para Emissora  
**Cemig Geração e Transmissão S.A.**  
Av. Barbacena, 1200 – 1º andar, ala A1  
Belo Horizonte, MG  
CEP: 30190-131  
At. Paulo Eduardo Pereira Guimarães  
Telefone: (31) 3299-3016  
Fac-símile: (31) 3299-3790  
E-mail: [peduardo@cemig.com.br](mailto:peduardo@cemig.com.br)





Para a Garantidora  
**Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG**  
Av. Barbacena, 1200, 1ª andar – ala A1  
Belo Horizonte, MG  
CEP: 30190-131  
At. Paulo Eduardo Pereira Guimarães  
Telefone: (31) 3299-3016  
Fac-símile: (31) 3299-3790  
E-mail: [peduardo@cemig.com.br](mailto:peduardo@cemig.com.br)

Para o Agente Fiduciário  
**Planner Corretora de Valores S.A.** Av. Paulista, 2439 – 11º andar  
CEP: 01311-300  
At. Viviane Rodrigues  
Telefone: (11) 2172-2628  
Fac-símile: (11) 3060-9575  
E-mail: [fiduciario@plannercorretora.com.br](mailto:fiduciario@plannercorretora.com.br)

Para o Banco Mandatário e Escriturador  
**Banco Itaú S.A.**  
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar,  
São Paulo, SP  
CEP: 04344-902  
At. Luiz Loureiro  
Telefone: (11) 5029-1905  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

Para a CETIP  
**Câmara de Custódia e Liquidação**  
Rua Libero Badaró, 425, 24º andar  
CEP: 01009-000  
At. Fábio Benites  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: [fbenites@cetip.com.br](mailto:fbenites@cetip.com.br)

Para a CBLC  
**Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC**  
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP  
CEP: 01013-001  
At. Charles Mann de Toledo  
Telefone: (11) 3233-2720  
Fac-símile: (11) 3233-2051  
E-mail: [ctoledo@bovespa.com.br](mailto:ctoledo@bovespa.com.br)

4.10.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



4.10.4. - A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

## CLÁUSULA V - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E VENCIMENTO ANTECIPADO

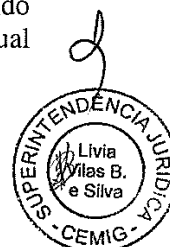
### 5.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios, observado o disposto no artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

### 5.2. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela CEMIG, ou por qualquer uma de suas controladas e/ou subsidiárias (as “Subsidiárias”), se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- c) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiárias;
- d) extinção, dissolução ou decretação da falência da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias;
- e) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- f) se a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas Subsidiárias deixarem de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomarem as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiárias, segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);



g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora ou da CEMIG previstas nesta Escritura;

h) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas Subsidiárias e/ou seus ativos, exceto se essa reorganização societária ocorrer (i) com relação às seguintes controladas da CEMIG: Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, Empresa de Infovias S.A. e a WAY TV Belo Horizonte S.A.;

i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer uma de suas Subsidiárias; ou

j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme estabelecido na Cláusula VI abaixo.

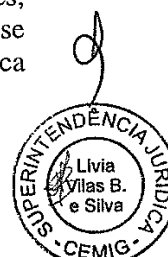
5.2.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos mencionados em 5.2 acima, exceto em casos de não pagamento do principal ou juros das Debêntures, extinção, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias, a Emissora poderá convocar Assembléia Geral de Debenturistas nos termos do item 10.1 abaixo para solicitar a renúncia dos debenturistas do direito de declarar as Debêntures antecipadamente vencidas. A renúncia de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado deverá ser aprovada por debenturistas representando no mínimo dois terços das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2 abaixo, reunidos na Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim. Em caso de aprovação da renúncia pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembléia Geral de Debenturistas, as Debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a respectiva renúncia, pelo seu valor nominal atualizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*. Neste caso, as Debêntures objeto de referido resgate deverão ser canceladas pela Emissora.

## CLÁUSULA VI - MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO – PODER LIBERATÓRIO

6.1. Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido com relação às Debêntures ou nos termos desta Escritura nas respectivas datas de vencimento e sem prejuízo do disposto no item 4.2 - Juros Remuneratórios e 4.8.4 - Multa e Encargos Moratórios, todo e qualquer valor devido em razão das Debêntures, incluindo, sem limitação, Juros Remuneratórios e/ou multa e demais encargos moratórios, vencidos e não pagos pela Emissora, nas datas estabelecidas nesta Escritura, terão Poder Liberatório e poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, mediante dação em pagamento pelos debenturistas do crédito representado pelos valores devidos em razão das Debêntures, incluindo, sem limitação, Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios, se aplicável, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela Emissora.



17



6.2. Os debenturistas que, nos termos do item 7.1 abaixo, notificarem o Agente Fiduciário sobre sua intenção de utilizar o Poder Liberatório, estarão automaticamente isentando o Agente Fiduciário da obrigação de iniciar os procedimentos necessários para a execução das Debêntures e os demais procedimentos previstos no artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, sem prejuízo, no entanto, dos direitos destes debenturistas caso o Poder Liberatório não seja utilizado com relação à totalidade das Debêntures por eles detidas, ou não seja suficiente para a liquidação de todas as Debêntures destes debenturistas.

6.3. O cálculo diário do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e da multa e demais encargos moratórios, para fins de dação em pagamento, será efetuado pelo Banco Mandatário e Escriturador, pelo Agente Fiduciário e pela Emissora, e informado, pelo Banco Mandatário e Escriturador, nessa mesma data, à Emissora, à CETIP, à CBLIC e ao Agente Fiduciário. O cálculo, a retenção e o recolhimento do imposto de renda devido pelo debenturista deverão observar os termos da legislação aplicável.

## **CLÁUSULA VII - PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO PODER LIBERATÓRIO**

7.1. - Em caso de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido com relação às Debêntures ou nos termos desta Escritura nas respectivas datas de vencimento, o mecanismo de Poder Liberatório aqui previsto poderá ser utilizado pelos debenturistas. Os debenturistas/consumidores da Emissora poderão dirigir-se à sede da Emissora, na Av. Barbacena, 1.200, 1º andar, ala B2, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Gerência de Gestão de Receitas (tel: (31) 3299-4278/3299-2695), em horário comercial, munidos do(s) original(is) da(s) fatura(s) e/ou conta(s) de consumo que serão liquidadas, juntamente com o extrato comprovando a titularidade das Debêntures em duas vias (o “Extrato”) de suas Debêntures emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador conforme disposto no item 7.2 abaixo, e deverão imediatamente comunicar formalmente o Agente Fiduciário a respeito de sua intenção de utilizar o Poder Liberatório.

7.1.1. - Na hipótese do valor da totalidade das Debêntures detidas por um debenturista não ser suficiente para pagamento do valor total do débito representado pelas contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque à Emissora.

7.1.2. - Caso o valor da totalidade das Debêntures detidas por um debenturista seja superior ao valor total do débito representado pelas contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, o debenturista deverá utilizar o mecanismo descrito nesta Cláusula VII com relação a cada Debênture por ele detida até que o valor total destas Debêntures seja igual, inferior (observado o item 7.1.1 acima) ou superior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica faturada, preservando integralmente todos os seus direitos com relação às Debêntures que não foram utilizadas nos termos desta Cláusula VII.



7.1.3. - Caso um debenturista utilize ou detenha uma única Debênture e o valor do débito, total ou remanescente (na hipótese prevista no item 7.1.2 acima), for menor que o valor dessa Debênture, e somente nesta hipótese, este debenturista terá a opção de utilizar o mecanismo descrito nesta Cláusula VII com relação a essa Debênture até o valor do débito, preservando integralmente todos os seus direitos com relação ao saldo remanescente desta Debênture, os quais deverão ser objeto de documento separado, assinado pela Emissora, pelo debenturista e pelo Agente Fiduciário, no qual a Emissora reconhecerá o valor devido e permitirá a compensação desse valor com contas futuras de fornecimento de energia elétrica que venham a ser faturadas pela Emissora contra esse debenturista.

7.2. - Para fins utilização do mecanismo do Poder Liberatório, os debenturistas deverão solicitar ao Banco Mandatário e Escriturador a emissão do Extrato. Mediante a emissão do Extrato, as Debêntures objeto do Extrato serão retiradas do CETIP e/ou da CBLIC, observado onde as Debêntures estejam registradas, e passarão a ser escrituradas unicamente pelo Banco Mandatário e Escriturador.

7.3. - Mediante aplicação dos procedimentos previstos no item 7.1 acima, a Emissora deverá quitar as faturas e contas de consumo recebidas e informar ao Agente Fiduciário o total de Debêntures objeto de dação em pagamento, o nome dos debenturistas que fizeram uso do Poder Liberatório e as faturas e contas de consumo utilizadas para tanto.

7.4. - O Agente Fiduciário será responsável pela coleta e centralização das informações encaminhadas pela Emissora, conforme previsto no item 7.3 acima, e deverá consolidar essas informações em relatório que deverá ser enviado ao Banco Mandatário e Escriturador e à Emissora. Com base nas informações prestadas pelo Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e Escriturador deverá transferir para a Emissora as Debêntures objeto de utilização do Poder Liberatório por parte dos debenturistas. As Debêntures recebidas pela Emissora como dação em pagamento nos termos desta Cláusula VII deverão ser imediatamente canceladas.

7.5. - Observado os procedimentos acima estabelecidos, as instituições autorizadas (nesta data, ou que venham a ser no futuro) a receber o pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica emitidas pela Emissora, conforme convênios de arrecadação celebrados com a Emissora (os “Agentes Arrecadadores”), também poderão utilizar o Poder Liberatório das Debêntures de sua titularidade para liquidar junto à Emissora as obrigações desses Agentes Arrecadadores decorrentes do repasse à Emissora dos valores referentes a contas de fornecimento de energia elétrica da Emissora que tiverem sido pagas por consumidores da Emissora junto aos Agentes Arrecadadores nos termos dos respectivos convênios de arrecadação, independentemente desses valores terem sido pagos pelos consumidores em moeda corrente nacional, cheque ou qualquer outro meio de pagamento.

7.6. - A Emissora autoriza ainda as instituições financeiras que sejam (ou venham a ser no futuro) Agentes Arrecadadores, a utilizar o Poder Liberatório das Debêntures por meio de débito dos saldos existentes nas contas-arrecadação da Emissora mantidas junto a essas instituições financeiras, para receber os créditos referentes às contas e faturas de fornecimento de energia elétrica no valor das Debêntures de titularidade dessas instituições financeiras no momento da utilização do Poder Liberatório, sem prejuízo da obrigação de entregar as Debêntures à Emissora conforme estabelecido no Item 7.1 acima.





## CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. - Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou, à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;

(c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, nos prazos ali previstos;

(d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.10.1;

(f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;

(g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures, a esta Escritura, ou relacionada à implementação e funcionamento do mecanismo de Poder Liberatório, imediatamente após o seu recebimento;

(h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;

(i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência; e

(j) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de cada exercício social, as seguintes informações com data base de 31 de dezembro referentes ao respectivo exercício social: (i) montante das obrigações fiscais trabalhistas e previdenciárias; (ii) montante dos bens gravados com garantia real; e (iii) montante das duplicatas descontadas e títulos caucionados.

8.1.2. Proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.



*[Handwritten signature]*





8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

8.1.4. Convocar, nos termos do item 10.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

8.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora.

8.1.11. Não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.

8.1.12. Adquirir, caso haja mudança de controle acionário da Emissora ou da CEMIG, as Debêntures desta emissão que estiverem em circulação, à opção dos debenturistas que não aceitarem permanecer como debenturistas da Emissora após a alteração de seu controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos debenturistas por meio de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, ou seja, contados da data de assinatura do contrato de compra e venda, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos no mesmo. A aquisição pela Emissora das Debêntures deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data da manifestação dos debenturistas. Para efeito do disposto neste item, entende-se como mudança de controle acionário a alienação pelo atual controlador da Emissora, a CEMIG, e pelo atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, de 50% mais uma ação do capital social votante da Emissora ou da CEMIG, respectivamente.

8.1.13. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.



*[Handwritten signature]*



8.1.14. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de debenturistas.

8.1.15. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

8.1.16. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

8.1.17. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais.

8.1.18. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data do presente, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente.

8.1.19. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

8.1.20. Contratar, para o início da Oferta, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, (i) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures; (ii) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

## CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. - Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. A presente nomeação decorre do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação 510-E70119 e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, a ela integrando a proposta do Agente Fiduciário datada de 03 de janeiro de 2007.



## 9.2. - Declaração

O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e
- (d) estar ciente dos termos da Circular nº 1832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada.

9.2.2. - A Emissora também declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

## 9.3. - Substituição

9.3.1. - Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias úteis do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la. A remuneração do novo Agente Fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo Agente Fiduciário.

9.3.2. - Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. - A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

9.3.5. - A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCEMG.

9.3.6. - O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.



Handwritten signature



9.3.7. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

#### 9.4. - Deveres

9.4.1. - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) examinar a alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;



*[Handwritten signature]*



(1) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(m.1) eventual omissão ou in verdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(m.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 1ª Emissão da CEMIG, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora e da CEMIG;

(m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e

(m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(n) colocar o relatório de que trata o inciso “m” acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(n.1) na sede da Emissora;

(n.2) no seu escritório ou, quando se tratar de Instituição Financeira, no local por ela indicado;

(n.3) na CVM;

(n.4) nas Bolsas de Valores, na CBLC e/ou na CETIP quando for o caso;

(n.5) na instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.

(o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso “n” acima;



*[Handwritten signature]*



- (p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem adquiridas;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM e às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (t) verificar a regularidade do funcionamento do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme previsto na Cláusula VI desta Escritura, devendo intimar a Emissora a sanar os problemas eventualmente detectados;
- (u) Fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratadas agências de classificação de risco (*rating*) para atualização dos respectivos relatórios de classificação de risco (*rating*) nos termos do item 8.1.20. da Cláusula VIII desta Escritura, bem como encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações no prazo de 15 (quinze) dias de sua divulgação.

#### 9.5. - Atribuições Específicas

9.5.1. - O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional dos debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- (e) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. - O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” do *caput* deste item.





## 9.6. - Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$17.800,00(dezessete mil e oitocentos reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela 05 (cinco) dias após a data da concessão do registro pela CVM;
- b) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do IGPM, acumulado no respectivo período;
- c) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembléias e/ou reuniões de debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário;
- e) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas, da própria Assembléia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; despesas com viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- f) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidos pela Emissora. Tais despesas, a serem adiantadas pelos debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer inadimplente por período superior a 60 (sessenta) dias.

## 9.7. - Despesas

9.7.1. - A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. - O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.



9.7.3. - No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

9.7.5. - O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA X - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

### 10.1. - Convocação

A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

### 10.2. - Quorum de Instalação:

10.2.1 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.



10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quora de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. - Mesa Diretora: A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. - Quorum de Deliberação: Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de remuneração, repactuação, garantia e pagamento, previstas nas Cláusula IV, itens 4.2, 4.3 e 4.9, deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das Debêntures em Circulação. A liberação da Emissora de obrigações e situações de vencimento antecipado previstas na Cláusula VIII desta Escritura deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das Debêntures em Circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, ou de titularidade de controladas, controladores, diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.

## CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. - O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) verificou os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora;
- (f) a presente Escritura atende aos requisitos previstos na Cláusula 11.2.1. da escritura da 1ª Emissão da CEMIG; e



*[Handwritten signature]*



(g) verificou que a Garantia Fidejussória é regular, suficiente e exequível.

11.2. - A Emissora e a CEMIG neste ato declaram e garantem, conjunta e solidariamente, que:

(a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades anônimas;

(b) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

(d) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e a CEMIG, suas controladoras, controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas, sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora e a CEMIG, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão administrativa ou sentença judicial que afete a Emissora e a CEMIG, suas controladoras, controladas, coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora e da CEMIG, exequível de acordo com seus termos e condições;

(f) a Emissora está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula VIII acima;

(g) os Prospectos Preliminar e Definitivo relativos à emissão das Debêntures (o "Prospecto") contêm: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora, às suas controladas e coligadas e à CEMIG, no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, da CEMIG e da condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora, à CEMIG e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à Emissora, à CEMIG e suas controladas e coligadas foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à Emissora, à CEMIG, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros, corretos e completos;



*[Handwritten signature]*



(h) as Demonstrações Financeiras da Emissora e da CEMIG, datadas de 31 de dezembro de 2005 e as Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2005, representam corretamente a posição financeira da Emissora, da CEMIG, e de suas controladas e coligadas nestas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(i) tanto a Emissora e a CEMIG, quanto suas controladas e coligadas, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e na CEMIG, ou nas suas controladas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

11.2.1. A Emissora e a CEMIG obrigam-se de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o banco coordenador desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo banco coordenador desta Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

11.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 12.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 12.2. Foro

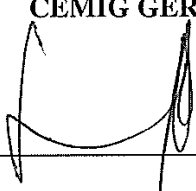
Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

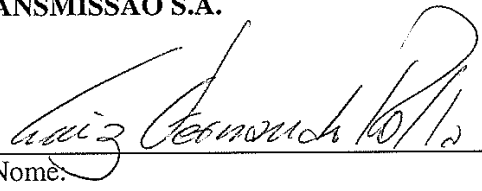


E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

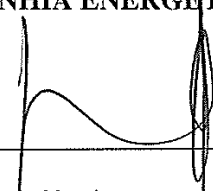
Belo Horizonte, 28 de Fevereiro de 2007.

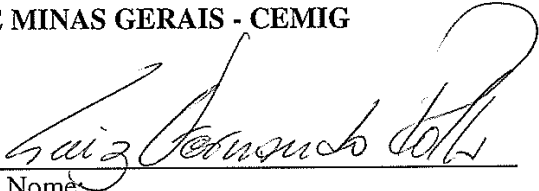
**CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

Nome:   
Cargo: **Djalma Bastos de Moraes**  
Diretor Presidente

Nome:   
Cargo: **Luiz Fernando Rolla**  
Diretor de Finanças, Participações  
e de Relações com Investidores

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**

Nome:   
Cargo: **Djalma Bastos de Moraes**  
Diretor Presidente


Nome:   
Cargo: **Luiz Fernando Rolla**  
Diretor de Finanças, Participações  
e de Relações com Investidores

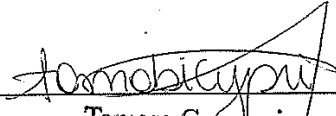
**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**

Nome:   
Cargo: **Artur M. de Figueiredo**  
Diretor

Nome:   
Cargo: **Viviane A. R. dos Santos**  
Procuradora

**Testemunhas:**

Nome:   
RG: **Paulo Eduardo Pereira Guimarães**  
RG: 9526 - CRA/MG

Nome:   
RG: **Tamara Corrêa**  
RG: 26.659.440-2

